Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

52/2010

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Geral

Ação Civil Pública. Dano moral coletivo. Descumprimento contumaz de direitos trabalhistas concernentes ao prazo legal para pagamento dos salários, depósitos do FGTS e contribuições previdenciárias. O pagamento dentro do prazo fixado em lei dos salários dos trabalhadores é, sem dúvida alguma, um bem fundamental para a sociedade. Também interessa à coletividade o correto recolhimento dos depósitos do FGTS e das contribuições previdenciárias. Não se pode consentir com a mora contumaz do réu, independentemente de suas motivações, posto que cancelar o desrespeito a direitos trabalhistas básicos é incentivar a repetição do comportamento por outros empregadores. É certo que o réu justifica esses atrasos em função de sua precária situação financeira, resultante de inúmeras execuções judiciais, tanto na esfera trabalhista quanto na federal. No entanto, não se deve olvidar que essas dívidas e dificuldades financeiras enfrentadas pelo réu somente podem ter se originado de outras condutas legalmente reprováveis. Tivesse oréu zelado pelo estrito cumprimento das normas, com certeza não estaria ele enfrentando tamanhos problemas e, muito menos, transferindo-os aos seus empregados, que não assumem em hipótese alguma os riscos da atividade econômica (art. 2º da CLT). E a indenização, no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), postulada pelo Parquet é de todo razoável diante da situação financeira do réu, não se afigurando como temerária, muito menos tendo potencial para agravar ainda mais o pagamento dos salários dos empregados. Vê-se com clareza que o autor busca precipuamente com esse pedido a modificação de comportamento do réu, para que cumpra a legislação trabalhista, mormente os direitos básicos de seus empregados. Considerando o disposto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública (7.347/85), que estabelece como finalidade social da indenização a reconstituição dos bens lesados e como no caso concreto, os bens lesados dizem respeito aos direitos básicos dos trabalhadores, principalmente o pagamento de seus salários no prazo legal, revela-se importante que essa quantia seja destinada à qualificação desses trabalhadores, ainda mais diante do constante "fantasma" do desemprego que sempre os persegue. A qualificação do trabalhador é ferramenta precípua para a construção de uma sociedade mais justa, focada na garantia dos direitos da coletividade. Assim sendo, determino o envio da importância supra ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), instituído pela Lei nº 7.998/90, para que este a destine ao custeio do Plano Nacional de Qualificação Profissional - Planfor. (TRT/SP - 01097200844502006 - RO - Ac. 6ªT [20100315628](#) - Rel. VALDIR FLORINDO - DOE 30/04/2010)

ASSÉDIO

Moral

Assédio moral. Caracterização. O assédio é um "processo" de violência psicológica contra o trabalhador. Não é uma agressão gratuita, mas que serve a um propósito. A agressão pode não servir apenas ao isolamento ou ao afastamento do trabalhador, mas pode também ter outro objetivo, pessoal ou

profissional, mas sempre de forma a se atender a uma necessidade ou exigência do agressor. O que importa verificar, em cada caso, é se a agressão é continuada, se é grave a ponto de causar perturbação na esfera psíquica daquele trabalhador em especial, se é discriminatória, ou seja, especificamente dirigida e concentrada naquele trabalhador, e se tem, por fim, algum propósito eticamente reprovável. Circunstâncias que não ficaram demonstradas nestes autos. Recurso da autora que se nega provimento. (TRT/SP - 00084200944302008 - RO - Ac. 11ªT [20100335190](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 27/04/2010)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Empregador

Empregador doméstico. Justiça gratuita. Depósito recursal. O benefício da justiça gratuita hoje abrange também o depósito recursal. Nova redação dada ao art. 3º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, com inciso (VII) acrescentado pela Lei Complementar n. 132, de 7 de outubro de 2009 (art. 17). Empregador pessoa física. Direito à justiça gratuita. Garantia constitucional. Inaplicabilidade da Súmula 6 do TRT da 2ª Região. Agravo de Instrumento a que se dá provimento. (TRT/SP - 00046200925202012 - AIRO - Ac. 11ªT [20100297174](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 20/04/2010)

AVISO PRÉVIO

Cálculo

INDENIZAÇÃO ADICIONAL. Computa-se a projeção do aviso prévio indenizado para efeito de pagamento da indenização adicional. Inteligência da Súmula 182, do TST. (TRT/SP - 00632200603402003 - RO - Ac. 8ªT [20100378840](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 07/05/2010)

BANCÁRIO

Jornada. Adicional de 1/3

BANCÁRIO. ANALISTA DE PROCESSOS OPERACIONAIS SÊNIOR. DIREITO À JORNADA REDUZIDA. Irrelevante o nomen juris atribuído pelo Banco, se a prova dos autos patenteia que o reclamante, embora com o pomposo rótulo funcional de "analista de produtos operacionais sênior", efetivamente não exercia mister gerencial algum ou cargo de confiança, dedicando-se a atividades burocráticas, de mera rotina bancária, sem subordinados, e jungido a rígido controle de ponto, não atuando com investidura de poder na forma preceituada no parágrafo 2º do artigo 224 da CLT. O fato de perceber gratificação não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo não é suficiente a caracterizar o nível gerencial ou de confiança, vez que a circunstância apenas contemplava a ligeira responsabilidade técnica do cargo e, portanto, tratava-se de um plus salarial que, como tal, deve compor o salário do empregado, para fins de pagamento das horas extras excedentes de seis trabalhadas a cada dia. (TRT/SP - 01117200908902001 - RO - Ac. 4ªT [20100132531](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 12/03/2010)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Época própria

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. BANCÁRIO. A época própria para a correção monetária dos salários do bancário é o próprio mês em que o serviço é

prestado, na forma prevista no Decreto-lei nº 2.322/87 c/c artigo 39 da Lei nº 8.177/91, considerando-se que os bancários recebem no próprio mês da prestação de serviços. Recurso da autora provido, no particular. (TRT/SP - 02733200507902009 - RO - Ac. 8ªT [20100378867](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 07/05/2010)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

"INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. A reparação financeira de cunho moral é cabível quando o empregador ou seus prepostos submetem o empregado a situações que lhe provocam dor e sofrimento, atingem sua honra ou imagem frente aos demais, vilipendiam sua integridade como ser humano, causando-lhe prejuízos de ordem imaterial, impalpável e incomensurável, que afligem a esfera psíquica de sua personalidade. No caso em análise, o reclamante não demonstrou, por qualquer meio, que a reclamada tenha adotado conduta capaz de lhe causar tais transtornos. Desta forma, não se cogita em indenização por dano moral. Apelo da autoria a que se nega provimento quanto a este aspecto." (TRT/SP - 03589200608102005 - RO - Ac. 10ªT [20100365021](#) - Rel. RILMA APARECIDA HEMETÉRIO - DOE 05/05/2010)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Remuneração a ser considerada

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. REAJUSTE NORMATIVO DEVIDO. Concedidas as diferenças por equiparação com o paradigma indicado, o patamar salarial alcançado pelo reclamante não pode mais ser revertido, devendo ser mantido o novo padrão de ganho reconhecido em juízo, até a rescisão contratual, sob pena de acatar-se redução salarial, constitucionalmente vedada (art. 7º, IV da CF). "In casu", o padrão salarial alcançado pelo autor, mediante o reconhecimento da identidade de funções com o modelo, não poderá ser rebaixado a longo do contrato de trabalho, merecendo o incremento anual conquistado pela categoria. Recurso obreiro ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 02418200831102004 - RO - Ac. 4ªT [20100132477](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 12/03/2010)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Dirigente sindical, membro da cipa ou de associação

"RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. Cipeiro. Estabilidade. Oportunidade para o ajuizamento de ação de reintegração no emprego. A Constituição assegura o direito de ação com prazo prescricional de 5 anos até o limite de dois após a extinção do contrato (art. 7º, XXIX). No caso da estabilidade do cipeiro trata-se de proteção que se dá por força da representação do conjunto de trabalhadores que atuam na empresa, tendo em conta o propósito de assegurar ao meio ambiente de trabalho condições seguras e higiênicas. Por conseguinte, esta proteção objetiva preservar a atuação livre e independente do cipeiro contra obstáculos opostos pelo empregador para o exercício de suas atribuições. Não vem ao caso, pois, considerar nem a prescrição nem a decadência, mas a oportunidade do pedido e a extensão da garantia. Se o trabalhador não oferece reação à prática faltosa que o impede de exercer seu direito de representação, e vem socorrer-se da garantia constitucional somente após escoado o período da estabilidade provisória, não faz jus à proteção. Nego provimento. Das diferenças salariais - reajuste de 2005.

Assim, verifica-se que no TRCT a recorrida pagou ao reclamante: diferença salarial 2005, diferença adicionais 2005, diferença de férias 2005, diferença complementação benef. 2005, atualização monetária 2005 e compl. Benefício. Não logrou o reclamante demonstrar que restaram diferenças a ser pagas. Mantenho. DO RECURSO DA RECLAMADA. Dos honorários advocatícios. O deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho exige trabalhador assistido pelo sindicato de classe e trabalhador que se encontre em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do sustento próprio ou da família. No caso sob exame, o reclamante atendeu os requisitos legais, pois está assistido pelo Sindicato de sua categoria e juntou a declaração de fls. 11. O D. Magistrado de origem julgou de acordo com a inteligência da Lei 5584/70, artigo 14, em consonância com as Súmulas 219 e 329 do TST. Mantenho. RECURSOS ORDINÁRIOS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO". (TRT/SP - 02256200707902003 - RO - Ac. 10ªT [20100306653](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 19/04/2010)

EXECUÇÃO

Fraude

PENHORA DE IMÓVEL - EMBARGOS DE TERCEIRO - AGRAVO DE PETIÇÃO - DISCUSSÃO ACERCA DA BOA-FÉ DO ADQUIRENTE. No caso examinado, na tentativa de afastar a fraude à execução reconhecida pelo Juízo de origem, alega o Agravante ter agido de boa-fé ao adquirir o imóvel que era de propriedade do sócio da empresa Reclamada, pois investigou, previamente, junto à matrícula do imóvel, se existia, ou não, algum gravame jurídico severo sobre o bem construído, tendo concluído negativamente. Sucede que há motivos ponderáveis para a manutenção da r. decisão agravada, e, conseqüentemente, da penhora concretizada: 1) a documentação confeccionada pelas partes, com vistas à perfectibilização da transação imobiliária, revela que o Agravante sabia, de antemão, que o alienante exercia as atividades profissionais de comerciante; 2) não foi produzida qualquer prova documental de que o Agravante teria se acutelado de averiguar, junto aos Distribuidores da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho, a existência de eventual demanda aforada em face da empresa Reclamada, da qual, como já dito, o alienante era sócio; 3) a ação trabalhista originária foi ajuizada em face da empresa Reclamada no ano de 1994, enquanto a transação imobiliária aqui discutida ocorreu vários anos mais tarde, em 1998; 4) em momento algum a r. decisão agravada tangenciou a questão da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/90), mesmo porque o imóvel penhorado, inicialmente adquirido como um terreno, atualmente, mercê das edificações que nele foram acrescentadas, detém natureza híbrida, vale dizer, simultaneamente comercial e residencial. Seja como for, o Agravante não opôs quaisquer Embargos Declaratórios contra a r. decisão agravada, o que conduz ao acobertamento da questão pelo instituto jurídico da preclusão; 5) encontra-se juntado aos autos um documento firmado diretamente entre o Agravante e sócio-alienante, que demonstra já haverem iniciado eles as tratativas para equacionar a questão da ação trabalhista ajuizada em face da empresa Reclamada, e que culminou com a penhora do imóvel alienado. Agravo de petição conhecido e não provido. (TRT/SP - 01505200837102008 - AP - Ac. 5ªT [20100273348](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 16/04/2010)

Embargos de Terceiro. Fraude à Execução. Terceiros adquirentes de boa-fé. O redirecionamento da execução contra os sócios após a venda do imóvel, não tem efeito retroativo capaz de tornar ineficaz, por fraude à execução, a alienação

realizada com terceiros de boa-fé. (TRT/SP - 01090200905502000 - AP - Ac. 6ªT [20100146273](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 17/03/2010)

Informações da Receita Federal e outros

JUCESP - TENTATIVA DE LOCALIZAÇÃO, NA FASE DE EXECUÇÃO, DE OUTRAS EMPRESAS EM NOME DOS SÓCIOS DA RECLAMADA. Restando comprovada nos autos a grande dificuldade do Reclamante na localização, para fins de penhora, de bens livres e desembaraçados de propriedade da Reclamada ou de seus sócios, impõe-se o acolhimento da pretensão por aquele primeiro deduzida, no sentido da verificação, junto à JUCESP, da existência de outras empresas em nome dos sócios do empreendimento demandado. Agravo de petição conhecido e provido. (TRT/SP - 01601199300802008 - AP - Ac. 5ªT [20100237600](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 09/04/2010)

Penhora. Impenhorabilidade

BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. O imóvel que serve de residência para a entidade familiar é impenhorável, consoante o estatuído na Lei nº 8.009/90, a qual regulamenta a garantia prevista no art. 226 da Constituição Federal. É desnecessário o registro do bem em Cartório, pois o artigo 1.711 do Código Civil mantém as regras da lei especial. O registro é imprescindível se existirem vários bens imóveis como residência (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 8.009/90). (TRT/SP - 00485199900402000 - AP - Ac. 5ªT [20100239492](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 09/04/2010)

FALÊNCIA

FGTS. Habilitação

INDENIZAÇÃO DE 40% SOBRE OS DEPÓSITOS DO FGTS. MASSA FALIDA. Não há qualquer dispositivo legal que isente a empresa falida de efetuar o pagamento do acréscimo de 40% sobre os depósitos do FGTS. Ao contrário, dispõe o artigo 18, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.036/90 que é do empregador a obrigação pelo pagamento da indenização de 40% sobre os depósitos do FGTS quando dispensar seu empregado. Convém, ainda, mencionar o disposto no artigo 449 da CLT, segundo o qual os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00611200631602000 - RO - Ac. 8ªT [20100379014](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 07/05/2010)

Recuperação Judicial

COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO - EMPRESA EM REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PROCESSO TRABALHISTA NA FASE DE EXECUÇÃO, COM SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO JÁ PROFERIDA. Embora seja da competência da Justiça do Trabalho a apreciação e o julgamento das ações envolvendo direitos trabalhistas postulados em face de empresa em processo de recuperação judicial, inclusive até a apuração e a liquidação dos direitos deferidos, o certo é que após os referidos atos processuais o crédito do trabalhador deve ser habilitado perante o Juízo da Recuperação, onde serão realizados eventuais atos de alienação. Agravo de petição conhecido e provido. (TRT/SP - 00122200635102006 - AP - Ac. 5ªT [20100237619](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 09/04/2010)

GESTANTE

Contrato por tempo determinado

GESTANTE. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. SÚMULA Nº 244, III, DO C. TST. Sendo o contrato de trabalho a título de experiência, não tem a empregada assegurado o direito à estabilidade provisória, pois de seu conhecimento prévio o término da relação contratual. (TRT/SP - 01102200826202000 - RO - Ac. 14ªT [20100342390](#) - Rel. IVETE RIBEIRO - DOE 30/04/2010)

HOMOLOGAÇÃO OU ASSISTÊNCIA

Acordo

"Recurso do reclamante. Verbas rescisórias. Acordo firmado entre empregadora e sindicato da categoria profissional, sob mediação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Validade. Diante da iminência de despedimento de trabalhadores terceirizados, já que prestadora e tomadora resolveram seu contrato, foi proposta aos empregados opção de serem recontratados imediatamente por outra empresa prestadora, para prestação de serviços, respectivamente, em outra tomadora. Em contrapartida, a multa do FGTS incidiria no percentual de 22,5% e o aviso prévio não seria devido. Não há, pois, se falar em invalidade do acordo feito sob mediação da DRT, com o sindicato da categoria profissional, já que, ao contrário do que alega o reclamante, é clara a vantagem obtida no acordo: a manutenção de seu emprego. Não bastasse, recebeu, ainda, a vantagem de obtenção de uma quantia sobre os depósitos do FGTS, sendo certo que o aviso prévio perdeu o objeto após o acordo, pois imediatamente outro emprego estava garantido. Ressalte-se também que foi o reclamante quem escolheu aderir ao pacto, pois nele há clara menção à faculdade de rescisão do contrato com a reclamada, recebendo as verbas rescisórias, ou então pela imediata contratação através da nova prestadora. Nenhum reparo merece a sentença. Horas extras. Minutos que antecedem a jornada e nona hora. Súmula 366 do TST. Considerando a jornada apontada, observo que não houve ultrapassagem da oitava hora diária, portanto, não há que se falar em pagamento da nona hora. Quanto aos minutos que antecedem a jornada, os cartões de ponto demonstram a veracidade da alegação. Em conformidade com o entendimento contido na Súmula 366 do TST, havendo variações de horário do registro de ponto que ultrapassarem dez minutos serão consideradas como extras a totalidade do tempo que exceder a jornada normal. Reforma em parte. Multa do art. 477 da CLT. Perde o objeto o recurso, no aspecto, face à sua vinculação às verbas rescisórias já afastadas no primeiro item, quais sejam, o aviso prévio e as diferenças da multa sobre o FGTS. Recurso da reclamada. Adicional de periculosidade. O assistente técnico é da confiança da parte, sendo certo que o d. Juízo de origem motivou sua decisão ao basear-se no laudo do perito de sua confiança, consoante manda o art. 131 do CPC. A reclamada, todavia, não ataca os fundamentos do laudo do perito nomeado pelo juízo, simplesmente alegando que deve ser desconsiderado, para que prevaleça aquele formulado pelo assistente técnico. Sentença mantida. Honorários periciais. Redução. Os honorários periciais, já reduzidos pelo d. juízo a quo, são condizentes com o que se pratica no mercado e com a qualidade do trabalho efetuado pelo expert. Mantenho." (TRT/SP - 01321200846502004 - RO - Ac. 10ªT [20100306670](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 19/04/2010)

Pedido de demissão

Demissão. TRCT sem homologação. A ausência de homologação do TRCT pelo sindicato é uma irregularidade formal, mas não torna inválida a manifestação de vontade do autor, sendo inapta a configurar, por si só, a nulidade do pedido de demissão. (TRT/SP - 01513200831402000 - RO - Ac. 6ªT [20100218088](#) - Rel. VALDIR FLORINDO - DOE 07/05/2010)

PORTUÁRIO

Normas de trabalho

"Cancelamento de inscrição. Trabalhador avulso. Aposentadoria. Adesão a Plano de Incentivo à Aposentadoria. Validade do acordo coletivo. A Lei 8.630/1993, em seu art. 27, 3º estabelece a aposentadoria como motivo para o cancelamento do registro de trabalhador avulso. O reclamante é aposentado, situação que autoriza o cancelamento do seu registro. Ademais, não há fundamento plausível para a anulação do acordo coletivo que estabeleceu o Plano de Incentivo à Aposentadoria e pagamento de indenização na hipótese de adesão do empregado. O reclamante recebeu incentivo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que não é ínfimo e nem abusivo. Há que se respeitar o pactuado, na linha da importância que se dá à negociação coletiva, pela Constituição Federal, à luz do artigo 7º, XXVI. Ausente ilegalidade no cancelamento do registro, não há que se cogitar em indenização por danos morais. Nego provimento." (TRT/SP - 00712200744502006 - RO - Ac. 10ªT [20100312700](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 20/04/2010)

PRESCRIÇÃO

Intercorrente

EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA FASE DE LIQUIDAÇÃO/EXECUÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. Incabível a declaração de ofício da prescrição intercorrente em sede de liquidação/execução trabalhista pois, mesmo admitindo a aplicação do art. 219, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, não se esquece que tal regramento incide na chamada "fase de conhecimento", até porque decorre da citação inicial e seus efeitos (art. 213 do CPC). A interpretação, portanto, é sistemática. (TRT/SP - 00720199400202006 - AP - Ac. 5ªT [20100355638](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 07/05/2010)

Interrupção e suspensão

Prescrição bienal e quinquenal. Interrupção. Indistinação. A prescrição é a perda do direito de ação face à inércia de seu titular, enquanto a interrupção é o reconhecimento legal (artigos 202 usque 204 do Código Civil) de condições de insubsistência dessa inércia. Nesse contexto, na aplicação da interrupção da prescrição, não há o julgador de distinguir entre prescrição bienal e quinquenal, porquanto o instituto jurídico é um só e não comporta distinção onde a construção legislativa não distinguiu, sem quecom isso se enseje insegurança às relações jurídicas, senão comodidade ao inadimplente recalcitrante. Até porque, a melhor valoração jurídica é a de repulsa ao descumprimento da lei e não à inércia temporária do titular do direito. (TRT/SP - 00316200731402002 - RO - Ac. 6ªT [20100308540](#) - Rel. VALDIR FLORINDO - DOE 30/04/2010)

Prazo

EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. O prazo prescricional para a cobrança de multa de natureza administrativa é de cinco anos, a teor do que dispõem o Decreto nº 20.910/32 e a Lei nº 9.873/99. Aplicação dos princípios da igualdade e da simetria. (TRT/SP - 02992200742102007 - AP - Ac. 5ªT [20100240725](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 09/04/2010)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aposentadoria. Invalidez

1) ACIDENTE DE TRABALHO - PRESCRIÇÃO. O prazo prescricional da ação de indenização por danos morais decorrente de acidente de trabalho não pode ser contado a partir dos sintomas da doença, pois, nesse momento, o autor sequer tem conhecimento da extensão do dano. O termo inicial da prescrição há de ser a ciência efetiva da incapacidade laboral. 2) APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - COMPENSAÇÃO PENSÃO MENSAL - IMPOSSIBILIDADE: Indevida a compensação do pensionamento mensal com a aposentadoria por invalidez paga pelo INSS, porque o benefício pago pela autarquia tem natureza de seguro, derivado de responsabilidade objetiva da União, o que não se confunde com a obrigação de reparar o dano, decorrente de ato culposo praticado pelo empregador. Recurso ordinário não provido. (TRT/SP - 01825200646302000 - RO - Ac. 8ªT [20100352060](#) - Rel. IVETE BERNARDES VIEIRA DE SOUZA - DOE 04/05/2010)

QUITAÇÃO

Eficácia

"TRANSAÇÃO - PLANOS DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - INEFICÁCIA - É ineficaz a transação que se traduz em verdadeira renúncia prejudicial de direitos trabalhistas, conforme ocorreu no caso vertente, onde a única beneficiada foi a reclamada, que ofereceu vantagem insuficiente para compensar o longo período de vigência dos contratos de trabalho mantidos pelos empregados substituídos. Quitação integral não reconhecida. Apelo a que se nega provimento quanto a este aspecto. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO DO TRABALHO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. Nos termos da Lei 5584/70, combinados com os da Lei 7115/83, somente são devidos honorários advocatícios no processo do trabalho quando o trabalhador que estiver sendo assistido por sindicato de classe, comprove sua miserabilidade jurídica, o que não é o caso do sindicato autor, a quem sequer é possível comprovar estado de miserabilidade jurídica, eis que não é pessoa física, sendo certo, por outro lado, que a matéria não comporta aplicação subsidiária das disposições processuais comuns, já que é integralmente disciplinada por normas de natureza trabalhista. Apelo da reclamada a que se dá provimento a fim de excluir da condenação o pagamento de honorários advocatícios." (TRT/SP - 00720200746602003 - RO - Ac. 10ªT [20100365056](#) - Rel. RILMA APARECIDA HEMETÉRIO - DOE 05/05/2010)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

Vínculo de emprego. Instrutor de tênis. Trabalho de segunda a sexta-feira vinculado à função do empreendimento do réu de locação da quadra (trabalho por

conta alheia, *rectius*: vínculo empregatício). (TRT/SP - 00539200902102005 - RO - Ac. 6ªT [20100145668](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 17/03/2010)

Vínculo de emprego. Prestação de serviços em campanha eleitoral. Inexistência. A contratação de pessoal, em caráter transitório, para elaboração e produção de material de campanha não implica em relação de emprego com o candidato ou o partido político, diante do que dispõe o art. 100 da Lei 9.504/97. Recurso do réu a que se dá provimento em parte. (TRT/SP - 00364200938302007 - RO - Ac. 11ªT [20100297239](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 20/04/2010)

LAVADOR DE CARROS EM POSTO DE SERVIÇOS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. É empregado, e não autônomo, o lavador de carros em posto de abastecimento e serviços, que oferece lavagem de carros com objetivo de captar clientes. "In casu", exercendo seus misteres de forma pessoal, contínua e onerosa (ainda que sob a forma de oportunidade de ganho), o reclamante realizava misteres relacionados às atividades-fim do empreendimento econômico encetado pela reclamada, resultando não provada e insustentável a versão defensiva de que se tratava de trabalho autônomo (por conta própria). Recurso ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 02085200700202007 - RO - Ac. 4ªT [20100132493](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 12/03/2010)

Cooperativa

"VÍNCULO EMPREGATÍCIO. COOPERATIVA. A intenção do legislador, ao apoiar e estimular a criação de cooperativas, não foi a de que o instituto fosse utilizado para a concretização de fraude. Assim, a hipótese de trabalho cooperativado deve estar perfeitamente demonstrada nos autos, de forma a que não restem dúvidas a respeito de sua efetiva ocorrência. Neste contexto, impõe-se o reconhecimento do liame empregatício se a contratação cooperativada não atende aos anseios insertos no artigo 3º da Lei 5764/71 (exercício de atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro), não há prova capaz de embasar a alegação defensiva de serviços cooperativados e se estes se destinam à atividade fim da tomadora (Súmula n.º 331, do TST), pois todos estes elementos descaracterizam o verdadeiro trabalho cooperativado. Recurso a que se nega provimento para manter a sentença que reconheceu a existência de contrato de emprego." (TRT/SP - 02260200606002006 - RO - Ac. 10ªT [20100364939](#) - Rel. RILMA APARECIDA HEMETÉRIO - DOE 05/05/2010)

RESCISÃO CONTRATUAL

Pedido de demissão

PEDIDO DE DEMISSÃO - FALTA DE ASSISTÊNCIA DO SINDICATO - VALIDADE. O fato de não se encontrar cumprida a formalidade prevista no artigo 477, parágrafo 1º, da CLT, qual seja a assistência do sindicato, não se sobrepõe à vontade do autor de dar por rescindido o contrato de trabalho, nem tem o condão de transformar o pedido de demissão em rescisão imotivada por iniciativa do empregador. Recurso Ordinário do reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 02194200743402001 - RO - Ac. 8ªT [20100327758](#) - Rel. LILIAN LYGIA ORTEGA MAZZEU - DOE 30/04/2010)

SALÁRIO (EM GERAL)

Participação nos lucros

Participação nos lucros e resultados. Natureza. A participação nos lucros e resultados é desvinculada da remuneração (CF, 7º, XI). O seu pagamento na proporção de 1/12 não confere à parcela natureza salarial. A periodicidade semestral mínima (Lei 10.101/00, artigo 3º, parágrafo 2º) foi flexibilizada com a chancela sindical, cujo reconhecimento obriga a Constituição Federal (art. 7º, XXVI). (TRT/SP - 00239200946602000 - RO - Ac. 6ªT [20100261536](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 16/04/2010)